

# A DITADURA CIVIL MILITAR NA VIA DO NEGACIONISMO: GOLPE OU REVOLUÇÃO (2018-2021)

Maruza Monteiro Araújo<sup>1</sup>

## RESUMO

Busca-se no presente estudo analisar o discurso revisionista acerca da Ditadura Civil Militar entre os anos de 2018 a 2021, centralizando a pesquisa na figura política do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Parte-se do questionamento: Seria o revisionismo histórico uma questão política-ideológica no negacionismo de Bolsonaro? Nosso propósito é lançar reflexões sobre o período supracitado a partir de dois importantes conceitos “Golpe” e “Revolução”, investigando o negacionismo como mecanismo de um projeto ultraconservador que procura apagar a memória de luta e resistência dos presos políticos mortos e desaparecidos no regime ditatorial.

**Palavras-chave:** Negacionismo Histórico; Ditadura Civil-Militar; Golpe.

## ABSTRACT

The present study seeks to analyze the discourses about the Civil Military Dictatorship (1964-1985) through the ideological revisionism defended in the current government of Jair Messias Bolsonaro in educational and political projects. It seeks to launch reflections on the aforementioned period from two important concepts "Coup" and "Revolution", investigating denialism as a mechanism of an ultraconservative project that seeks to erase the memory of struggle and resistance of political prisoners killed as a result of unconstitutional acts that occurred. in the dictatorial regime.

**Keywords:** Historical Denialism; Civil-Military Dictatorship; blow

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual vale do Acaraú (2017). Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Ceará. (2019). Trabalho aprovado em 23 de fevereiro de 2022 pela Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira.

## Introdução

Em 1964 o Brasil assistiu atônito a tomada do poder pelos militares, o golpe que culminou com a ditadura no país durou 21 anos terminando em 1985 com a abertura política. Nesse período ocorreu a supressão de liberdades individuais, a suspensão de eleições e da liberdade de imprensa, além de prisões, tortura e até a morte dos opositores ao regime.

Sem dúvida, essa época significou um ataque a Democracia, sendo um período de grave violação aos Direitos Humanos. Todavia, nos últimos anos discursos a favor da Ditadura Militar circundam nossa sociedade, milhares de pessoas chegaram a ir às ruas pedindo o retorno dos militares alegando que a Ditadura foi branda”, “Foi uma revolução militar”, “Foi o período de maior crescimento econômico do país”<sup>2</sup>, visão também compartilhada por várias autoridades do poder Legislativo e Executivo, como o ex-ministro da Educação Ricardo Vélez que afirmou ser o período ditatorial “um regime democrático de força”<sup>3</sup>.

Tais falas, longe de significarem apenas uma simples opinião, são indicativos do negacionismo em curso que se confluí com a ascensão da nova direita no país, que propõe abertamente uma revisão histórica sobre o período ditatorial, desconsiderando as atrocidades cometidas pelo Estado e até mesmo colocando-as como necessária para a manutenção da ordem e do progresso.

Busca-se no presente estudo analisar o discurso revisionista acerca da Ditadura Civil Militar entre os anos de 2018 a 2021, centralizando a pesquisa na figura política do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Parte-se do questionamento: Seria o revisionismo histórico uma questão política-ideológica no negacionismo de Bolsonaro? Nosso propósito é lançar reflexões sobre o período supracitado a partir de dois importantes conceitos “Golpe” e “Revolução”, investigando o negacionismo como mecanismo de um projeto ultraconservador que procura apagar a memória de luta e resistência dos presos políticos mortos e desaparecidos no regime ditatorial.

Este trabalho de natureza qualitativa está ancorada em fontes documentais, destacamos que as reflexões aqui propostas se inserem na História do tempo presente. Segundo Ferreira e Delgado:

o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidade.<sup>4</sup>

Por isso, procuramos pensar o negacionismo sobre a Ditadura Civil Militar nos dias atuais

---

<sup>2</sup> ANTONELLI, Diego. *Manifestações do passado: quando o povo foi para a rua*. Gazeta do Povo. São Paulo, 11/03/2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/manifestacoes-do-passado-quando-o-povo-foi-para-a-rua-dndc4l6v8abj6m9e6emafc8pv/>

<sup>3</sup> MURAKAWA, Fabio. *Vélez quer alterar livros didáticos para "resgatar visão" sobre golpe*. Valor Globo. Brasília, 03/04/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>

<sup>4</sup> FERREIRA, Marieta Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado: qual o lugar da epistemologia?* Rio de Janeiro: FGV, 2012.

norteados pelas ideias dos pensadores Napolitano (2019) e Alves (2012) que defendem que o revisionismo histórico não se confunde com o revisionismo ideológico proposto por alguns grupos para negar a veracidade dos acontecimentos passados.

Inicialmente pensamos o revisionismo a partir duma questão conceitual notando como ele se relaciona com o negacionismo, observando o fortalecimento da negação acerca da Ditadura Civil Militar centralizada no governo de Jair Bolsonaro.

Em seguida, trouxemos à baila o regime ditatorial na perspectiva de golpe, para isso, analisamos o contexto da instalação desse regime antidemocrático, após refletimos as disputas memorialistas que circundam essa época.

Portanto, este trabalho, inserido na História do tempo presente procura contribuir para as reflexões em torno do revisionismo da Ditadura Civil Militar, compreendendo como esses discursos se gestam e seus impactos na nossa sociedade.

## **1. Do revisionismo ao negacionismo: Ditadura no discurso Bolsonarista**

Atualmente a América Latina enfrenta uma onda revisionista das ditaduras sul-americanas, a palavra revisionismo histórico está em alta<sup>5</sup>, sendo associada quase sempre a um teor negativo na visão do senso comum, pois equipara o trabalho do historiador a pura ficção, desprezando o caráter científico do nosso trabalho nas construções narrativas sobre o passado.

É importante perceber que essa onda revisionista eclodiu com o fortalecimento da nova direita no país, somado ao avanço das *Fake News* e da ideia de pós-verdade no mundo da política. Cabe destacar que o termo pós-verdade está em voga, sendo discutido nas diversas esferas que compõe a sociedade, embora sua denominação não seja recente, ela eclodiu no cenário mundial após as eleições de 2016, onde o mundo assistiu o domínio de setores conservadores no poder.

De acordo com Traverso:

A história escreve-se sempre no presente e o questionamento que orienta a nossa exploração do passado modifica-se segundo as épocas, as gerações, as transformações da sociedade e os percursos da memória colectiva.<sup>6</sup>

Ora, as revisões são inerentes a escrita da História, sendo parte de um processo natural da análise histórica que permite a revisão de novas fontes, possibilitando, assim, trazer à luz outras narrativas acerca dos acontecimentos históricos. Este revisionismo é importante e necessário a prática desta ciência, porém, o revisionismo que circunda a Ditadura no Brasil é de outra natureza.

---

<sup>5</sup> CHARLEAUX, João Paulo. *Por que há uma onda revisionista das ditaduras sul-americanas*. Nexo, São Paulo, 02/09/2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/09/02/Por-que-h%C3%A1-uma-onda-revisionista-das-ditaduras-sul-americanas>

<sup>6</sup> TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar. História, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

O revisionismo ideológico é de acordo com Napolitano a desconsideração de processos e especificidades históricos com o propósito de confirmar posicionamentos ideológicos. (2009, p.107). Este longe de ser fundamentado em procedimentos científicos serve para defender as ideologias de grupos que negam e contestam os acontecimentos passados, jogando no lixo toda as pesquisas científicas em torno dos fatos históricos.

É importante deixar claro que embora o negacionismo se conflua com o revisionismo ideológico, ambos não se confundem, porém, o que é negacionismo? Segundo o historiador Napolitano (2019) consiste na negação do passado como produto científico da História com o propósito de legitimar os interesses políticos de um grupo, deslegitimando a ciência e o trabalho do historiador.

Enquanto, o negacionismo consiste na negação de qualquer fonte do passado o revisionismo, seja de cunho ideológico ou histórico ainda dialoga com alguma fonte documental, mas, é através da apropriação do revisionismo por diversas camadas sociais pautadas numa visão unilateral do passado que ocorre a negacionismo.

Os usos e abusos fincados na negação dos acontecimentos históricos também devem ser percebidos com fins políticos, é necessário frisar:

O negacionismo não tem como objetivo revisar e ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir este conhecimento. As táticas são conhecidas: disseminação de falsidades e adulteração de fatos e processos históricos. O negacionismo é arma de determinados grupos políticos sectários. Deve-se de início, perguntar: a quem serve o negacionismo?<sup>7</sup>

Usamos esse questionamento inicial para indagar: De que forma a Ditadura Civil Militar se insere no negacionismo? Ora, dentre as diversas concepções acerca desse período se sobressaem três certezas, a primeira afirmação é de que o regime implantado em 1964 não foi um golpe militar; a segunda consiste na afirmação de que não houve uma ditadura e a terceira consiste na negação das práticas de tortura.<sup>8</sup>

Passados 30 anos de Ditadura civil-militar no Brasil, onde o país passou pelo processo de redemocratização e de intensa luta política pelo resgate de direitos construídos democraticamente, ascende na esfera política o presidente Jair Messias Bolsonaro trazendo em seus discursos o apoio a ditadura militar como sendo a mesma necessária diante da tomada do poder pelos comunistas. O atual presidente ao defender o regime ditatorial argumenta publicamente que a concepção de golpe foi criada pela imprensa, valendo-se de fontes disseminadas pelos veículos de comunicação da época.

A determinação do presidente de que os militares comemorassem o golpe militar de 1964, causou grande burburinho, pois para ele o que houve não foi um golpe, e sim uma reação apoiada

---

<sup>7</sup> NAPOLITANO, 2015, p. 16

<sup>8</sup> IDEM

pela sociedade contra o comunismo.<sup>9</sup> Desde seu mandato no legislativo o então presidente era transparente em seus discursos e teve apoio da população civil para sua ascensão no poder executivo. Comumente a isso, o apoio ao chefe republicano foi marcado pela onda negacionista que assolou o país, usando o espaço digital como um cibermarketing de notícias fraudulentas acerca das questões políticas, científicas e sociais.

Observa-se:

A partir da primeira década do século XXI, as redes sociais de internet, sites privados e a blogosfera como um todo são igualmente importantes na disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado. Espaços também pouco estudados, essas redes virtuais de comunicação têm servido como canais mais ou menos legitimados e influentes para posicionamentos sobre o regime militar brasileiro, ainda que pouco produtivos enquanto debate efetivo. Arrisco dizer que eles têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre o regime militar.<sup>10</sup>

A negação da violência empregada no regime ditatorial brasileiro evidencia que a memória que ainda sobrevive não é de um período marcado pela falta dos direitos inalienáveis do ser humano de ter garantido primeiramente o direito à vida, mas duma memória positiva da atuação dos militares, marcada pela ordem e pelo progresso.

Representante de um projeto político e ideológico que busca defender os interesses da nova direita, Jair Bolsonaro figura pública e autoridade máxima do país, traz em seu discurso a negação da Ditadura Civil Militar como um regime antidemocrático, de violação aos Direitos Humanos, pois o Estado contrário ao seu papel de defender a vida foi responsável pela morte dos presos políticos que lutaram pela democracia.

O atual Presidente da República, possui uma visão deturpada da democracia, demonstrando ignorar o conhecimento científico como construtor do conhecimento ao disseminar desinformação e *fake News* no meio digital. Assiste-se a decadência ao Estado democrático de Direito ao ver a figura máxima de um país se posicionando contra a democracia, a liberdade e a ciência, escondendo-se na justificativa da liberdade de expressão de dizer o que quiser fomentado apenas por uma visão unilateral dos fatos.

Além de espalhar desinformação se evidencia um ataque direto a Educação, a Ciência, dado os alarmantes cortes financeiros a pesquisa, mas, sobretudo, o retorno de patentes militares no seu governo, enaltecidos como os heróis que salvaram a nação do socialismo. É importante notar tal negacionismo longe de se resumir a negação do golpe a Democracia é uma negação ancorada em

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64>. Acesso em 20 jan. 2022.

<sup>10</sup> NAPOLITANO, 2015, p. 26

fontes históricas acarretando a adesão de muitos cidadãos que enxergam os meios de comunicação como um veículo portador da verdade.

Afirma-se que essa postura traz à tona uma latente preocupação: o risco a Democracia, a liberdade democrática do Estado de Direito não anda de mãos dadas com o autoritarismo, pois ela fere a liberdade garantida constitucionalmente em 1988. Daí a necessidade de debater sobre esse período em múltiplos espaços, pois é emergente o fortalecimento da memória coletiva sobre esse passado. A ditadura é uma ferida aberta que deve ser escancarada para não ser mais admissível na sociedade brasileira, assolada recentemente pela negação e inexistência do regime ditatorial dos militares.

Para Napolitano, “O negacionismo histórico deve ser compreendido, desse modo, em contexto em que evidências reconhecidas e matérias comprovadas são negadas em várias áreas da ciência.” (2019, p.1). Distante dele ser uma questão exclusiva das Ciências Humanas ele atinge toda a seara científica;

O negacionismo não avança apenas nas Humanidades. Nas Ciências Biológicas, questiona-se a eficácia das vacinas e a negação de que o HIV é o responsável pela AIDS o que acarretou graves problemas em alguns países em razão da diminuição da distribuição dos retrovirais. Nas Ciências da Terra, são conhecidos o negacionismo climático e a inquirição até mesmo do formato da Terra. O negacionismo histórico deve ser compreendido, desse modo, em contexto em que evidências reconhecidas e matérias comprovadas são negadas em várias áreas.<sup>11</sup>

Enquanto países vizinhos solidificam uma memória de luta e resistência ao regime militar<sup>12</sup> fortalecendo ações de conscientização desse período antidemocrático, no Brasil, estamos enfrentando a crescente tentativa de estabelecer uma memória positiva da Ditadura na esfera governamental, sendo este um dos motivos dos diversos ataques a História como ciência capaz de fornecer um conhecimento legítimo.

Em entrevista ao jornal *Valor Econômico* no dia 19 de abril de 2019, o ex-ministro da educação Ricardo Vélez afirmou que pretende fazer uma revisão nos livros didáticos que contam a história do golpe de 1964 e da ditadura militar no Brasil, pois o que ocorreu em 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira<sup>13</sup>. Nota-se que sua visão embora fincada no negacionismo fornece subsídios para propor um revisionismo histórico do passado ditatorial a partir de um revisionismo histórico nos livros brasileiros.

A entrevista causou grande repercussão, o golpe civil-militar de 1964 foi marcado por mortes, torturas, silenciamentos, ausência de liberdade de expressão e perseguições. Após 35 anos

---

<sup>11</sup> IDEM

<sup>12</sup> LARA, Silvia Hunold. *História, Memória e Museu*. IN: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 200, 1991.

<sup>13</sup> MURAKAWA, Fabio. *Vélez quer alterar livros didáticos para "resgatar visão" sobre golpe*. Valor Globo. Brasília, 03/04/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghml>

de Ditadura os familiares ainda buscam saber onde foram parar os corpos dos familiares desaparecidos durante o regime. “A repressão feroz do Estado contra a guerrilha de esquerda representava tudo, menos o caminho para a plenitude da democracia e dos direitos do homem.” (NAPOLITANO, 2019, p.40)

Muito além duma afronta a entrevista de Véllez revela a falta de uma política consolidada acerca duma memória de resistência sobre a Ditadura Civil Militar, sendo possível afirmar que há uma disputa entre as memórias sobre essa época, de um lado temos a figura dos militares como defensores da nação, do outro a figura dos opositores. Bolsonaro na sua governança exalta uma memória ditatorial que primazia as Forças Armadas sendo a persona dessa visão positiva acerca do regime militar.

## **2. Golpe ou Revolução? As disputas pela memória**

O atual apelo pelo retorno do Regime Militar, como arma de combate ao comunismo e resgate de valores patrióticos na sociedade brasileira carrega um discurso de legitimação a tomada do poder pelos militares em 1964, dando início ao período da morte da democracia e de muitos presos políticos na ditadura instalada no país.

Esse discurso é embasado na ideia de que não houve um golpe, pois a entrada dos militares no cenário político era necessário para contenção do comunismo<sup>14</sup> vamos aprofundar essa questão posteriormente, porém, inicialmente é importante trazer a discussão o conceito de golpe e revolução.

Para Alves a palavra golpe significa a derrubada de um grupo abrigado no Estado por outro grupo de ordem política, na visão da pesquisadora é possível afirmar que a Ditadura Militar iniciada em 1964 no Brasil é resultado de um golpe, com a usurpação do poder do presidente democraticamente eleito João Goulart.<sup>15</sup>

O golpe de Estado de 1964 foi gestado há alguns anos, distante de ser um acontecimento isolado ele está inserido num contexto mais amplo, marcado pela influência norte-americana na América Latina. No cenário mundial havia uma guerra em curso; a Guerra Fria, como assim foi chamada, é conhecida não pelo confronto armado, mas pelo confronto ideológico. De um lado existia as forças capitalistas liderado pelos Estados Unidos, do outro os socialistas defendido pela Rússia.<sup>16</sup>

Segundo Napolitano:

Nós estávamos em plena Guerra Fria, existia Cuba com a vitória de uma revolução que seguiu para um certo tipo, digamos, de socialismo autoritário. Então, é nesse contexto que a gente pode entender a preocupação de setores militares. Ameaça imediata de implantação de um regime comunista não

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 28

<sup>15</sup> Ibid., p. 18

<sup>16</sup> Ibid., P. 25

havia. O que havia era uma situação de divisão do país, de uma radicalização às vezes efetiva, às vezes mais verbal do que efetiva.<sup>17</sup>

É nesse contexto de fortalecimento do discurso revisionista que se inserem as redes sociais. Elas são importantes vias de expressão de discursos, sendo possível, através delas, verificar e refletir sobre pa

Ao estudar o terreno árido das ditaduras instaladas na América Latina a historiadora Alves (2005), observa que o imperialismo norte-americano exerceu influência determinante para os golpes de Estado e conseqüentemente a instauração das ditaduras nessa época, sendo o regime militar instaurado no Brasil parte de um evento político internacional:

Assim, de acordo com todas as evidências, mais que uma questão de política nacional, de política interna de países como Argentina, Peru, Guatemala, Equador ou Brasil, os golpes de Estado que, depois da revolução cubana, abalaram toda a América Latina constituíram um fenômeno de política internacional cujo epicentro se encontrava na mutação da estratégia de segurança continental, promovida pelo Pentágono.<sup>18</sup>

Em solo brasileiro foi implantada a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), responsável por elaborar políticas de contenção ao comunismo, criando assim um fértil terreno para a o golpe de 1964. As políticas públicas voltadas para o capitalismo, também, estavam voltadas para o discurso de defesa aos valores morais e cristãos, pois o socialismo era sempre associado a perversão, corrupção, enxergando os guerrilheiros como sanguinários e assassinos da democracia.

É importante colocar que além das disputas entre as duas superpotências no cenário mundial o país enfrentava graves problemas sociais e econômicos, sendo a Ditadura Civil Militar enxergada por segmentos da sociedade como uma revolução, por isso, consideramos pertinente refletir a concepção da palavra aplicada o golpe de Estado de 1964.

De acordo com Anderson:

Revolução designa uma transformação profunda, um movimento de grandes proporções que rompe com o que existia até então. Geralmente, ela surge das bases da sociedade e envolve um grande número de pessoas, alterando as estruturas políticas, econômicas e sociais. A Revolução Francesa, de 1789, é um exemplo. Ela contou com o envolvimento popular nas cidades e no campo e transformou a ordem vigente. Já os golpes são uma iniciativa de elites políticas, econômicas e militares, não envolvendo a população, mesmo que, às vezes, contem com apoio popular. Dificilmente um golpe promove mudanças profundas.<sup>19</sup>

Inicialmente foi mantida a aparência de legalidade política na ditadura, o Congresso foi

---

<sup>17</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Ibidem.

mantido mesmo existindo a perseguição contra os candidatos da oposição. Já os Atos Institucionais serviram como importantes dispositivos para a institucionalização da Ditadura, regendo a política brasileira, ampliando os poderes presidenciais e da justiça militar.

Alves (2005) destaca que os embates entre o Estado e a oposição evoluíram para uma crise institucional culminando com o fechamento do Congresso, porém, as práticas repressivas não foram apenas institucionais também desaguou na repressão aos movimentos de resistência armada, usando a censura e a tortura como recursos do Estado de Segurança Nacional durante todo o período.<sup>20</sup>

É importante deixar claro que o golpe de Estado foi implantado com o apoio de segmentos da sociedade brasileira fortalecendo o regime autoritário, exemplo disso foram as movimentações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade nos primeiros meses de ditadura. (NAPOLITANO, 2019, p.51).

Entrando, mesmo a Ditadura tendo apoio da sociedade civil é importante esclarecer:

[...] se a preparação do golpe foi de fato civil-militar no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. [...] Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar.<sup>21</sup>

A Ditadura Civil Militar iniciada em 1964 terminou em 1985 com a abertura política, em seus 21 anos o Estado usou a força militar para praticar inúmeras ações arbitrárias contra os opositores, submetendo-os até a tortura.

Por isso, não é possível falar em revolução num regime em que os direitos fundamentais do homem são negados, sem dúvida, o negacionismo histórico sobre o período supracitado trazem na nossa sociedade contemporânea discursos positivos sobre essa época.

Os embates entre Golpe/Ditadura revelam uma disputa: A disputa pela memória. No final da década de 1970 e 1980 até hoje, há um crescente debate nacional em torno da memória da ditadura militar, aproximando ou distanciando-se das estruturas de poder (CARDOSO, 2012). De um lado há uma memória positiva centralizada na figura dos militares, do outro há uma memória de luta e resistência dos opositores torturados, dos parentes dos presos mortos e desaparecidos políticos com uma memória de dor e luta, pois até hoje existem famílias que não velaram seus entes queridos.

Desde a abertura política, mas principalmente nas décadas de 1990 até 2010, houveram esforços significativos para preservar a memória daqueles que foram perseguidos pelo Estado ditatorial, mas também iniciou-se uma luta por justiça e reparação das pessoas que sofreram

---

<sup>20</sup> ALVES, *op. cit.*, p.40

<sup>21</sup> *Ibidem.*

com a repressão.

Para Cardoso:

A estratégia estatal, mantida durante a transição democrática, de reduzir as demandas de responsabilização dos crimes estatais a um pequeno círculo de familiares e amigos, foi muito bem-sucedido durante um bom tempo. Invisibilizados, os familiares se encontraram com a negativa da sociedade em querer ouvir seu clamor pelos seus. Entretanto, a persistência da sua luta e o —dever de memória assumido por eles e por grupos de sobreviventes, reverteu o desaparecimento dos desaparecidos. De tal forma que a pretendida estratégia estatal - apoiada por setores importantes da sociedade e de parcelas significativa das corporações midiáticas - de impor a ausência de presenças tentando invisibilizá-las quase que por completo, como se nunca tivessem existido, acabou se transformando, contra todos os prognósticos imaginados e apesar do isolamento reforçado, na persistente presença de ausências, graças à persistência e constância da luta dos familiares e dos pequenos círculos concêntricos de solidariedade que, na passagem do tempo, em vez de diminuir, foram aumentando. Apesar de tudo e apesar de tantos, o silêncio induzido foi insuficiente para abafar o ruído ensurdecido do silêncio que os familiares disseminaram pela sociedade. (2012, p. 53)

Através da luta pela memória dos familiares dos presos políticos mortos e desaparecidos, apenas em 2012 foi criada a Comissão Nacional da Verdade.

Seus objetivos são:

- I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do artigo 1.º;
- II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados a prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1.º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V- colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos [...];
- VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;
- VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Após um longo trabalho sobre os atos inconstitucionais cometidos nesse período contra os direitos fundamentais do homem, consta no seu relatório final detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado, totalizando 434 casos sendo 191 pessoas mortas, 210 desaparecidos e 33 desaparecidos com cadáveres localizados posteriormente. Sem dúvida, esse trabalho, fortalece a memória de luta e resistência, pois confronta a memória oficial dos militares como salvadores da pátria (CARDOSO, 2012 p.37).

As disputas entre as diferentes memórias sobre a Ditadura Civil Militar no Brasil procuram construir uma memória hegemônica coletiva, enquanto os familiares das vítimas lutam por uma memória ancorada na justiça e na verdade, os militares também buscam validar suas memórias a partir das suas experiências ditatoriais.

### **Considerações Finais**

Percebe-se que apesar da Ditadura Civil Militar ter sido um período de grave violação aos Direitos Humanos outras representações a permeiam como o crescimento econômico, o investimento em setores da saúde, segurança e educação, servindo de justificativa para o surgimento de cartazes durante as manifestações que se espalharam no país contra a corrupção.

Tais opiniões evidenciam que é preciso colocar em debate esse período confrontando as informações unívocas com o amplo acervo documental disponível. Atrás dos embates discursivos, políticos, ideológicos, acerca do regime ditatorial existem duas memórias em disputas, a dos militares e a dos presos políticos.

No primeiro tópico buscou-se refletir sobre o discurso revisionista sobre a Ditadura Militar, percebendo sua configuração na atualidade a partir da postura negacionista do presidente da República. Inicialmente, foram colocados os conceitos de revisionismo e negacionismo, trazendo em seguida a figura de Jair Bolsonaro.

Posteriormente discutimos sobre o Golpe de Estado de 1964, pensando a Ditadura numa perspectiva dum regime repressivo que não provocou rupturas estruturais, descartando assim a imagem dum época revolucionária no país. Após refletimos a importância de ações políticas para a preservação dum memória de luta e resistência em torno desse período.

É possível concluir que os discursos revisionistas/negacionistas sobre o que foi a época da ditadura militar ressoa com grande força na nossa sociedade, pois ainda não há uma memória hegemônica das violações perpetradas pelo Estado pela falta de políticas fincadas na tríade História/Memória/Verdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONELLI, Diego. *Manifestações do passado: quando o povo foi para a rua*. Gazeta do Povo. São Paulo, 11/03/2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/manifestacoes-do-passado-quando-o-povo-foi-para-a-rua-dndc4l6v8abj6m9e6emafc8pv/>
- MURAKAWA, Fabio. *Vélez quer alterar livros didáticos para "resgatar visão" sobre golpe*. Valor Globo. Brasília, 03/04/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da CNV*. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em 18 jan. 2022
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: Defensores e Críticos da Ditadura(1964-1985)*. 1. ed. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012
- FERREIRA, Marieta Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado: qual o lugar da epistemologia?* Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA, Marieta M; DELGADO, Lúcia de Almeida N. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, vol. 2, nº 4.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro* – São Paulo. Contexto, 2014.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Marcos Antônio. FONSECA, Selma Guimarães. *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*. Revista brasileira de História, vol. 30, nº 60. São Paulo, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira. *Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro*. In: ARAUJO, Valdeci; KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus (orgs.). *Do fake ao fato: des(atualizando) Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 173-193.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar. História,, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop, 2012